

Parente tenta acalmar ânimo dos senadores

Fernando Sampaio/AE—19/1/95



O governador de Minas: "Resolução significa o fim da burocracia"

Técnico tem como missão explicar projeto que permite contrair dívidas sem autorização da Casa

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, vai depor hoje no Senado a convite da comissão que analisa o endividamento dos Estados. O mote da visita será explicar aos senadores que o governo estuda a edição de uma medida provisória para concretizar os acordos de refinanciamento da dívida dos Estados. A principal missão, porém, será acalmar os ânimos de alguns senadores, irritados com o projeto de resolução que o governo quer ver aprovado no Senado, que libera a União e

os Estados de autorização da Casa para contrair dívidas.

"Nosso objetivo, ao propor a resolução genérica, é facilitar a vida dos Estados e a do Senado", explicou um técnico do Ministério da Fazenda. "Não queremos um cheque em branco, mas apenas uma forma de concretizar os acordos dentro do prazo, que é exíguo." O prazo previsto nos protocolos para a concretização das operações de refinanciamento das dívidas estaduais é 31 de dezembro de 1997.

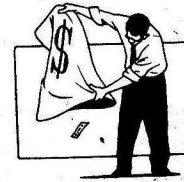
Sem a resolução, o Senado precisará

autorizar, uma a uma, as negociações das dívidas estaduais. Cada autorização será precedida de um parecer do Tesouro Nacional e outro do Banco Central. Com a resolução, todos esses trâmites seriam dispensados, evitando o agravamento da situação financeira dos Estados.

O técnico lembrou que, embora alguns senadores se mostrem irritados com a proposta, essa autorização genérica já foi dada em outras ocasiões. No início do ano, por exemplo, a Caixa Econômica Federal (CEF) fez emprésti-

mos emergenciais aos Estados, sem submeter nenhum ao Senado, graças a uma resolução semelhante. O mesmo ocorreu em 1993, quando todas as dívidas estaduais foram refinanciadas por 20 anos.

Piauí — O governador do Piauí, Francisco de Assis Moraes, o Mão Santa, assinou ontem com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, um protocolo para o refinanciamento das dívidas de seu Estado. Pelo acordo, os termos da reestruturação da dívida estarão definidos dentro de 90 dias. O protocolo prevê que o Piauí gastará no máximo 13% de suas receitas com o pagamento de seus débitos. O Estado deve cerca de R\$ 1 bilhão.



PROPOSTA
DIMINUI
TRÂMITES
BUROCRÁTICOS